PROJETO DE LEI Nº 004, DE 1º DE ABRIL DE 2013

“Dispõe sobre a inclusão de conteúdos que tratem dos direitos da criança e do adolescente na matriz curricular das escolas municipais que oferecem o ensino fundamental e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ADAMANTINA

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído, nas disciplinas constantes da matriz curricular das escolas municipais que oferecem o ensino fundamental, conteúdos que tratem dos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º Os conteúdos a serem ministrados nas disciplinas referidas no caput deste artigo deverão ter como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º O Poder Público Municipal, através da Secretária Municipal de Educação, deverá observar a produção e distribuição do material didático visando atender ao contido nesta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, oportunamente, se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador José Ikeda, 1º de abril de 2013.

HÉLIO JOSÉ DOS SANTOS

Vereador

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa institucionalizar, nas escolas municipais que oferecem o ensino fundamental, o estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (§ 5º do art. 32), com redação dada pela Lei nº 11.525/07, que obriga a inclusão, no currículo do ensino fundamental, de conteúdos que tratem dos direitos da criança e do adolescente, conforme disposto na Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA).

Trata-se de um grande avanço na efetivação dos direitos da criança e do adolescente, pois a abordagem na educação constituir-se-á em instrumento fundamental para tornar o Estatuto mais conhecido e melhor compreendido, produzindo uma mudança cultural, rompendo-se com a idéia que ainda permanece mesmo depois de completados 18 anos do Estatuto, de que é uma Lei que prejudica o trabalho dos professores, gestores e funcionários em função de permitir tudo.

Ao contrário, o Estatuto da Criança e do Adolescente é um instrumento de garantia de direitos que, portanto, gera deveres e responsabilidades tanto para a criança quanto para o adolescente, observada sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, como para a sociedade, família e Estado responsáveis pela garantia dos direitos. Isto promove uma mudança de atitude a partir do desenvolvimento do pensamento crítico.

Neste sentido, a própria LDB aponta que a educação objetiva a capacitação de qualquer ser humano para o desenvolvimento da plenitude em si mesmo, ou seja, para tornar-se sujeito autônomo, político e produtivo. Para isso, a escolarização é obrigatória e deve ser capaz de formar a cidadania.

O ECA é a tradução brasileira dos princípios da Declaração Universal dos Direitos da Criança da ONU, de 1959, que, em seu artigo 7º, diz que a “criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário. Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade”.

Para que a asserção seja levada a sério, a criança e o adolescente devem ter acesso a todas as informações possíveis acerca de seus direitos, e a escola é um dos principais locais para que isso ocorra.

É fundamental que a educação para o exercício de direitos tenha início o mais cedo possível, o que certamente contribui para a consolidação da cidadania dessas crianças e adolescentes, que poderão aprender, compreender e disseminar os direitos das mesmas, exigindo-os a quem compete a sua efetivação.

No que diz respeito ao projeto político-pedagógico das escolas municipais que oferecem o ensino fundamental é importante garantir a transversalidade do tema no currículo e projetos desenvolvidos, possibilitando, dessa forma, que se promova o debate crítico nas diversas disciplinas como língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências, arte, educação física etc., inserindo o universo do direito no dia-a-dia das crianças, adolescentes, professores, gestores, funcionários e familiares.

Face ao exposto, e por se tratar de uma norma legal que tem por objetivo contribuir para construção de uma sociedade mais justa e mais humana, fortalecendo a cultura da proteção à infância e a adolescência nas escolas municipais que oferecem o ensino fundamental e, por consequência, no âmbito do município de Adamantina, peço aos meus nobres Pares a aprovação deste Projeto de Lei.

Plenário Vereador José Ikeda, 1º de abril de 2013.

HÉLIO JOSÉ DOS SANTOS

Vereador